

O Discurso sobre a vida e morte de Santa Isabel rainha de Portugal de Vasco Mouzinho de Castelbranco

1.

O nome do poeta Vasco Mouzinho de Quevedo Castelbranco aparece geralmente associado ao seu poema épico *Afonso Africano*, celebração da conquista de Arzila por D. Afonso V, evento a que o poema confere a dimensão alegórica de representação da luta do varão forte contra si mesmo, «trabalhando por render e avassalar a cidade da sua alma». Nome associado também à produção de poesia lírica, de que se destaca, pela sua raridade, uma colectânea de poemas emblemáticos – textos de emblemas a que falta a representação iconográfica. Mais raramente se pensa neste poeta como autor de uma *Vida de Santa Isabel*. A obra é publicada num volume com o título de *Discurso sobre a vida e morte de Santa Isabel rainha de Portugal e outras várias rimas* (Lisboa, por Manuel de Lyra, 1596), mas as «várias rimas» têm merecido uma atenção muito superior à dispensada à primeira parte do volume.

Trata-se de uma biografia poética da Rainha Santa, composta em oitavas de versos decassílabos organizadas em seis cantos. Uma obra relativamente breve que terá ficado, segundo declaração do autor na dedicatória ao duque D. Álvaro de Lencastre, «defraudada de dois ou três cantos que lhe cortei», apontando um motivo meramente literário para este corte. A supressão desses cantos não afecta a estrutura da obra, que nos apresenta um relato conciso do percurso biográfico da Santa entrecortado por vários discursos líricos, como veremos.

2.

Que motivos terão determinado a elaboração desta biografia poética? No plano da história da devoção a Santa Isabel não há neste final do século XVI nenhuma data particularmente relevante. A sua beatificação tinha ocorrido já em 1516 (por breve de Leão X datado 15/4/1516) e só em 25/5/1625 seria

canonizada por Urbano VIII, «merced a los esfuerzos de Felipe IV, uno de los campeones de la ortodoxia católica», como escreve Edward Glaser¹. Não se pode, pois, ler esta obra como celebração de uma data especial. Talvez se possa ler como uma peça, modesta embora, no mecanismo tendente a acelerar o processo de canonização, processo em que D. João III e D. Catarina se tinham profundamente empenhado. Mas é sobretudo um testemunho do culto que por esses anos a Universidade de Coimbra dedicava à santa rainha. A Universidade é vinculada ao culto de Santa Isabel por D. João III, que em 1556 ordena que a festa da Santa seja celebrada todos os anos pela Universidade e o Colégio das Artes com uma oração pública em seu louvor. Mais tarde, em 1565, é o cardeal D. Henrique que, nos Estatutos do Colégio, torna obrigatória a praxe, já então em voga, de acompanhar essa celebração com a produção e exposição de poemas em sua honra². É, pois, este ambiente de devoção à Santa então vivido no meio universitário de Coimbra, que Vasco Mouzinho Castelbranco frequentava como aluno de Cânones, que pode ser considerado como motivo primeiro, extra-textual, da produção desta biografia poética.

Passando ao plano textual, vale a pena determo-nos nas motivações que são apresentadas pelo próprio texto. Porque é precisamente por aí que começa ... e acaba.

Abre o texto uma voz elegíaca que, ao longo de várias estrofes, chora as tristezas e desgraças em que no presente a pátria está mergulhada. É ainda o luto pela tragédia de Alcácer Quibir, um sufocante clima emocional de amargura e desalento:

O furor de cantar, Musa, refreia
E destempera a temperada lira,
Qual, não sentindo a nau, sói a sereia,
Antes, porque tardou, chora e suspira.
Se quiseras chorar com larga veia,
Eu mesmo lamentando te seguira,
Que o remédio mais certo de alegrar-me
É nunca de tristezas apartar-me.

Busquei mil vezes gostos que cantasse
Com subido coturno e voz sonora,
Mas temi com razão que os estranhasse

¹ E. Glaser, «*Santa Isabel, Reino de Portugal*, de Francisco de Rojas Zorrilla», in *Estudios hispano-portugueses. Relaciones literarias del Siglo de Oro*, Madrid, 1957, 179.

² António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, *Evolução do culto de D. Isabel de Aragão*, 1º vol., Coimbra, 1894, 305-309.

Um triste coração que sempre chora;
Que a quem triste se põe e triste nasce,
Mudado o nome à rubicunda Aurora,
Só tristezas e mágoas agradaram,
Quanto mais que já gostos acabaram.

(...)

Não vês de nossos tempos as mudanças,
Transformações de reinos e de gentes,
Mortes, desterros de uns, doutros bonanças,
Mil confusões de tristes e contentes,
Corte de bem tecidas esperanças,
Tela perfeita doutras diferentes,
Casos de eterno e de imortal espanto,
E dignos de imortal e eterno pranto?

Começar do destorço lusitano
E ruína total da glória altiva
Com que fez rico ao pobre mauritano
Sebastião, cuja morte inda hoje é viva;
Renovando-se sempre de ano em ano,
Qual águia que no mar a idade aviva,
Em outro mar de lágrimas que chora
Quem se deseja e sua sombra adora.

(est. 1, 2, 6, 7)

Nesta situação, o poeta, que assume o drama nacional e o transpõe para o plano pessoal, procura alívio e consolação na recordação de glórias passadas, para isso evocando a figura luminosa da Rainha Santa: «Vós, Isabel, sereis o meu cuidado; / Em vós empregarei meus pensamentos,/ Sendo por vós meu canto celebrado» (est. 13).

Estamos perante uma posição assumida por diversos autores nestes anos em que o sentimento de desânimo e decadência se exprime tão insistentemente na cultura portuguesa. Procurar fugir à tristeza e desalento do presente evocando um passado glorioso é o objectivo de alguns dos autores de poemas épicos desta época. É esse também o intuito declarado, por exemplo, por Fr. Tomé de Faria ao verter *Os Lusíadas* para latim: «*ut mihi esset solamini, animum ad antiquiora Lusitanorum facta (...) applicaui*». E tentar compensar a decadência da pátria com a enumeração das suas grandezas, passadas e presentes, é o que fazem diversos autores, desde os que entoam os louvores da língua portuguesa aos que

celebram as «excelências de Portugal» (vd. António de Sousa Macedo, *Flores de Espanha, excelências de Portugal*, 1631) nos mais variados sectores.

O poema de Vasco Mouzinho de Castelbranco aparece assim com uma motivação de cunho nacionalista, inserido nesta estratégia de celebração do passado em tempos de crise; celebração que constitui um lenitivo para o espírito sofredor do poeta: «Vós, Isabel, sereis o meu cuidado (...) Deixando aparte a dor que me consume» (est. 13, vv. 4 e 7).

Mas se esta motivação de carácter nacional, determinada pela desolada situação – política, económica, espiritual – em que Portugal se encontrava, é amplamente glosada nas estrofes iniciais do poema, uma outra é apresentada no final da obra. Na última estrofe o poeta justifica assim a escolha do assunto do seu poema:

Isabel escolhi por mais conforme
A este tempo da ímpia Isabela,
Para que sua vida tão enorme
Se confunda com esta vida bela,
E com exemplo seu esta reforme
Quanto com mau exemplo estraga aquela,
Qual ferido da rábida serpente
Olhando a do metal remédio sente.

Estamos, pois, perante uma motivação de ordem diferente. Não se trata já da angústia perante a situação da pátria, mas de preocupação com a situação da Igreja, ferida pelo cisma anglicano e combatida pela actuação de Isabel I de Inglaterra. A figura da Rainha Santa deixa assim de ter uma dimensão meramente nacional para assumir uma função ecuménica de remédio para a dor da Igreja. A série de contrastes que a estrofe desenvolve – rainha santa/ rainha ímpia, vida bela/ vida enorme (monstruosa), estragar/ reformar – culmina na dimensão simbólica do episódio bíblico evocado (*Números*, XXI, 6-9): a contemplação da serpente de bronze como remédio e salvação para os feridos da «rábida serpente».

Como explicar esta preocupação com a situação da Igreja em Inglaterra? Que repercussões tiveram em Portugal as perseguições movidas por Isabel I contra católicos, nomeadamente contra membros da Companhia de Jesus idos do continente? Para além da anódina identidade de nome, que factores histórico-culturais conduzem a esta associação por contraste da rainha santa com a rainha excomungada?

A atenção de altas individualidades eclesiásticas portuguesas à situação da Igreja em Inglaterra aparece-nos documentada pela célebre carta do bispo D. Jerónimo Osório à rainha inglesa – *Epistola Hieronymi Osorii ad serenissimam Elisabetam Angliae reginam* –, carta que, segundo afirma Barbosa Machado,

teria sido escrita por sugestão do cardeal D. Henrique³. Publicada em Lisboa em 1562, teve grande repercussão na Europa, tendo sido objecto de numerosas edições e traduções em francês e inglês⁴. Trata-se de um texto que, de forma elegante e erudita, desenvolve argumentos e estratégias retóricas tendentes a reconduzir à unidade da Igreja Católica a rainha transviada.

À data da publicação do poema de Vasco Mouzinho de Castelbranco (1596) estamos, convém recordar, no reinado de Filipe II, o rei que, devido ao seu casamento com Maria Tudor, se empenhou fortemente na defesa e manutenção do catolicismo em Inglaterra. Para além das medidas políticas e militares que tomou, promoveu a formação de sacerdotes ingleses, criando para esse efeito seminários em Valladolid e Sevilha. Foram também criadas residências para sacerdotes que partiam para Inglaterra nas cidades portuárias de Sanlúcar de Barrameda e Lisboa. Neste último caso, a medida terá contado com a protecção do arcebispo D. Miguel de Castro, dos duques de Bragança e de Aveiro, bem como de outros nobres, «por su mucha piedad y el deudo que algunos dellos tienen con la casa Real de Lancastre y la antigua amistad que solía aver entre las coronas de Portugal y Inglaterra», como escreve Fr. Diego de Yepes⁵.

Temos assim, não só um momento político que permite compreender esta atenção à situação da Igreja na Inglaterra, mas também circunstâncias especiais da biografia de Vasco Mouzinho de Castelbranco, uma situação pessoal que pode explicar aquela estrofe final do poema, que surge ao leitor como um aditamento algo estranho. É que o poema é dedicado a D. Álvaro de Lancastre, 3.º duque de Aveiro⁶. Esta destacada figura da aristocracia portuguesa, que ao tempo vivia em Setúbal, terra natal de Vasco Mouzinho de Castelbranco, teria sido, segundo o testemunho de Fr. Diego de Yepes, um dos principais colaboradores daquela iniciativa de apoiar o envio de sacerdotes católicos para Inglaterra. E o poeta, que na dedicatória apresenta o duque como descendente da

³ Sobre a intervenção do cardeal D. Henrique como factor determinante da escrita desta carta vd. D. Jerónimo Osório, *Carta à rainha da Inglaterra*. Introdução de José V. de Pina Martins. Tradução e notas de Sebastião de Pinho. Lisboa, 1981, 240-241, nota 4.

⁴ *Epistola Hieronymi Osorii ad serenissimam Elisabetam Angliae reginam*, Lisboa, por João Blávio, 1562.

Escreve o Prof. J. V. de Pina Martins: «Il y en eut, jusqu'au XVIII^e siècle, 16 éditions en latin, 7 en français et 3 en anglais. Lorsque, en 1592, elle parut à Rome dans les *Opera omnia*, elle avait déjà fait l'objet de 23 éditions entre Lisbonne, Paris, Cologne, Venise, Anvers et Lyon» (*Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal: les deux regards de Janus*, FCG, Lisbonne-Paris, 1989, 754).

⁵ Fray Diego de Yepes, *Historia particular de la persecución de Inglaterra y de los martirios mas insignes que en ella ha havido desde el año del Señor de 1570*, Madrid, por Luis Sánchez, 1599.

⁶ Sobre esta personagem, vd. D. António Caetano de Sousa, *História genealógica da Casa Real Portuguesa*, livro XI, Coimbra, 1953, 53-63.

Rainha Santa, no final do poema terá querido lisonjeá-lo, envolvendo-se com este texto na defesa de uma causa em que o sabia empenhado.

3.

Embora a maior parte da produção textual em torno da figura da Rainha Santa (biografias e louvores) se situe no século XVII, motivada principalmente pela celebração da canonização (1625) e da transladação (1678), Vasco Mouzinho de Castelbranco, ao propor-se escrever a *Vida de Santa Isabel*, tem já atrás de si uma relativamente longa tradição literária, concretizada não só em textos cronísticos como noutros textos que acolhem tradições orais mais ou menos lendárias, vindo estas duas linhas a fundir-se numa biografia já considerada canónica em finais do século XVI. Aliás, como escreve Edward Glaser, «a partir de mediados del siglo XVI se publicaron en latín, portugués y español numerosas *Vitae*; y relatos más sucintos de sus milagros figuraron en diversas *Flos Sanctorum*.»⁷ O mais antigo relato biográfico que se conhece é a chamada *Lenda de Santa Isabel*, considerado pouco posterior à sua morte, mas cuja autoria e data de escrita se ignoram. Texto que foi conservado através de algumas cópias e incluído na 6.ª parte da *Monarquia Lusitana*⁸. É sabido como a imagem da virtuosa rainha foi sendo gradualmente envolvida pela auréola do sobrenatural, sobretudo pela atribuição que lhe foi sendo feita de milagres vários. Milagres que têm acolhimento tanto nas crónicas oficiais como nas monásticas. O relato de curas milagrosas feitas em vida aparece já na «Crónica do rei D. Dinis» incluída nas *Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal* editadas por Carlos da Silva Tarouca⁹; relato que assume forma idêntica na *Crónica de D. Dinis* de Rui de Pina¹⁰. Também Pedro de Mariz, nos seus *Diálogos de vária história*¹¹, invocando a autoridade de escritos anteriores («*ut constat ex scriptura antiqua et manuscripta, satis autentica. Et ex variis locis chronographorum*», escreve em nota marginal), refere a vida virtuosa e os milagres da santa rainha. Além da historiografia régia, também em crónicas de ordens religiosas se encontra a biografia de Santa Isabel. De entre estas destaca-

⁷ E. Glaser, «*Santa Isabel. Reino de Portugal...*» ed. cit., 180-181. Em nota de rodapé o autor enumera essas obras.

⁸ «Relação da vida da gloriosa Santa Isabel rainha de Portugal, tresladada de um livro escrito de mão que está no convento de Santa Clara de Coimbra e serve para vários capítulos desta história e da subsequente», apêndice in *Monarquia lusitana*, 6ª parte, Lisboa, por João da Costa, 1672.

⁹ Carlos da Silva Tarouca, *Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1952.

¹⁰ «Crónica de D. Dinis», in *Crónicas de Rui de Pina*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto, 1977, 209-318.

¹¹ Pedro de Mariz, *Diálogos de vária história*, Coimbra, na oficina de António de Mariz, 1594.

se a obra de Fr. Marcos de Lisboa¹², «autor de importantes adiciones a su *Legenda*», segundo Edward Glaser¹³. É, dos textos referidos, o primeiro a narrar o milagre das rosas, embora faça menção da sua corrente representação iconográfica¹⁴.

Limitamos as referências a textos anteriores à obra de Vasco Mouzinho de Castelbranco, que poderiam ter-lhe servido de fonte de informação, se bem que a biografia da santa se encontrasse já na época amplamente divulgada. Não há, por isso, nenhum elemento novo no plano da narrativa histórica, mas apenas uma forma pessoal de relatar a vida da santa protectora de Coimbra.

4.

Estamos perante uma biografia poética. O autor não pretende compor um poema que seja um relato factual, fiel e exaustivo ou mera crónica rimada da vida e morte da Rainha Santa. Talvez não seja excessivo dizer que é uma obra dominada essencialmente por preocupações de natureza poética. Obra de um jovem poeta que parece sentir-se obrigado a prestar contas da lição aprendida perante autoridades, sejam essas autoridades a pessoa ilustre do dedicatário ou a figura prestigiada do poeta D. Dinis. Perante o primeiro expõe o seu intuito de seguir as normas da poética horaciana, escolhendo para tema do seu poema uma história proveitosa e doce e recorrendo na sua composição a uma variedade que deleita. Quanto a D. Dinis, imagina-o nas funções de crítico, entre severo e generoso, emitindo parecer sobre estes seus humildes versos:

Se me ele vira agora estar cantando
Cos sentidos na música tão prontos,
Não haver melhor cousa imaginando,
Quiçá que me enxergara alguns descontos:
Ora me achara duro, ora mui brando,
Enfim, mil erros no tomar dos pontos;
Mas pode ser que satisfeito fosse,
Que assaz deu o que deu conforme a posse.
(Canto II, est. 24)

¹² Fr. Marcos de Lisboa, *Crónicas da Ordem dos Frades Menores*, 2ª parte, livro oitavo, caps. 26-32. Reprodução facsimilada da edição de 1562. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.

¹³ E. Glaser, «*Santa Isabel. Reino de Portugal...*», ed. cit., 189.

¹⁴ «E com este milagre se pinta a sancta Rainha em algũas partes» (*Crónicas da Ordem dos Frades Menores*, 2ª parte, ed. cit., fol. 213v).

O poeta, atento às normas e exigências técnicas da poesia, não se cinge à elaboração de um discurso narrativo. Antes, na senda da variedade deleitosa referida na dedicatória, aproveita o fio narrativo para nele enxertar outros tipos de discurso, utiliza os factos relatados como pretexto e ponto de partida para a inserção de trechos de carácter lírico. Estes trechos são apresentados como solilóquios – meditações e orações – da protagonista da história, e também como observações subjectivas do poeta.

O primeiro destes trechos é uma meditação de Isabel sobre a efemeridade da vida e da beleza (III, 7-13), meditação motivada pela visão de um lírio murcho. Tratando-se de um tema recorrente na poesia lírica da época, encontramos as imagens habituais para o representar. Acumulam-se as comparações com entidades igualmente efémeras – sombra, folha, espuma, torrente do degelo, estrela cadente, raio, sulco da nave nas ondas do mar, vidro frágil –, para concluir pela necessidade de fixar só em Deus o seu afecto.

No canto IV (est. 17-26) temos uma oração de Isabel perante a imagem de Cristo crucificado em que ecoa o consagrado tema «muero porque no muero» e a alma se expande na contemplação da grandeza do amor divino.

Ainda no canto IV é inserido o lamento de um doente num hospital que Isabel visita: lamento dos seus sofrimentos e arrependimento dos erros passados. A estes lamentos responde a voz consoladora e edificante de Isabel, estabelecendo a relação entre o sofrimento e o amor de Deus que com ele pretende chamar a si o pecador.

No canto V (est. 30-43) temos o discurso de desolação perante o conflito armado entre D. Dinis e seu filho D. Afonso e de tentativa de apaziguamento dos contendores, discurso todavia pouco conseguido do ponto de vista argumentativo.

No canto VI inclui o poeta um colóquio da santa rainha com Deus na hora da morte. É, mais uma vez, uma meditação sobre a vanidade da vida e dos bens terrenos e uma invocação da paixão salvífica de Cristo.

Quanto à presença da voz do poeta, ela surge não apenas referindo a organização e desenvolvimento do poema – o que é inerente ao código do poema épico –, mas também falando de si: pedindo o auxílio da Santa para obter uma honesta mediania (V, 49), queixando-se da fortuna injusta que não favorece os altos engenhos (VI, 41-44), exprimindo a esperança de vir a conquistar a glória pelas letras (VI, 45-47). Tópicos frequentes na poesia da época, com inevitáveis ecos camonianos... Relevando as circunstâncias espaciais da composição do poema, conclui o relato com uma apóstrofe a Coimbra, incitando a cidade à devoção à sua padroeira e à confiança na sua protecção.

Esta biografia poética é vertida nos moldes da epopeia e são evidentes as marcas de imitação d'*Os Lusíadas*. Deparamos com normas e convenções próprias do género, embora concretizadas de forma não muito rigorosa. Estão

presentes os apelos à musa inspiradora, tanto no começo do poema como no canto II, «o princípio desta história», ao iniciar o relato do reinado de D. Dinis; está presente a proposição do assunto a tratar («A vida de Isabel e a morte canto» I, 24); cria-se o episódio do sonho de D. Dinis como momento determinante da decisão de casar com a princesa de Aragão; insere-se a acção principal num fio narrativo correspondente ao desenrolar da história de Portugal até ao reinado de D. Dinis; descreve-se o jardim de Isabel por meio de alusões mitológicas à maneira da descrição da Ilha dos Amores.

Da epopeia retém-se ainda a função de exaltação da heroína, que é apresentada como exemplar de perfeição de vida segundo as normas evangélicas, como «retrato» e «espelho de três estados pelas virtudes que cultivou. Esta exemplaridade constitui a função essencial do poema. E a apresentação deste modelo de virtudes cristãs, de que se destaca a caridade, é servida por processos estilísticos que vão da comparação com figuras bíblicas ao engrandecimento hiperbólico, da utilização de elementos mitológicos ao recurso à interpretação alegórica.

Por sobre este pano de fundo funcional e ideológico avultam outras linhas semânticas – a insistente meditação sobre a morte e a efemeridade dos bens terrenos, em contraposição com a firmeza e permanência do amor de Deus; a devoção à paixão de Cristo como fonte de salvação –, linhas de uma frequência quase obsessiva na literatura da época.

O retrato espiritual de Santa Isabel não se limita, contudo, à narrativa da sua vida virtuosa tal como é apresentada nos diversos relatos da sua biografia. A santa desenhada neste poema é, não só esse modelo de virtudes que a história e a lenda consagraram, mas também uma figura estoica, indiferente às grandezas como às adversidades, firme no seu amor a Deus.

Mas o que de mais original caracteriza este retrato é o facto de não se limitar a uma perspectiva exterior, apresentando acções, gestos, palavras, mas tentar representar a sua vida interior, quer através de repetidos actos de comunicação com Deus, quer atribuindo-lhe mesmo atitudes de contemplação mística, como acontece no final de um colóquio com Cristo crucificado:

Aqui se cala e fica contemplando,
Com o ver morto está também morrendo:
Ela rios de lágrimas chorando,
Ele rios de sangue está vertendo.
Não fala, porque o sangue está falando
Quanto pudera estar-lhe respondendo;
Nem ela, que se em lágrimas se emprega,
Lágrimas dizem quanto a dor lhe nega.

(Canto IV, est. 27)

Temos assim, no plano da construção hagiográfica, a imagem de uma alma contemplativa – e o objecto da contemplação é sempre o Cristo sofredor da paixão – a complementar o retrato tradicional da sua virtude activa. No plano literário, é a invasão do discurso narrativo, em moldes épicos, por efusões líricas enquadradas em atitudes devocionais e linhas de espiritualidade dominantes na época.

Maria Lucília Pires

Abstract:

The article analyses this poetic biography of Saint Isabel taking into account the reasons why it was written, its inclusion in the literary tradition around the figure of the Holy Queen, and the special features of her spiritual portrait sketched in the text. It also deals with aspects regarding the literary construction of this narrative text translated into an epic model and covered with lyrical effusions framed by devotional attitudes and a spirituality line prevailing at that time.